

**O deserto como expressão do dilema da política brasileira frente à pandemia de
COVID-19: uma análise arendtiana**

**The desert as an expression of the dilemma of Brazilian politics in the face of the
COVID-19 pandemic: an Arendtian analysis**

**El desierto como expresión del dilema de la política brasileña ante la pandemia del
COVID-19: un análisis arendtiano**

Recebido: 16/10/2020 | Revisado: 17/10/2020 | Aceito: 19/10/2020 | Publicado: 21/10/2020

Rita de Cássia Souza Tabosa Freitas

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2135-1462>

Universidade de Pernambuco, Brasil

E-mail: rita.freitas@upe.br

Antonio Justino de Arruda Neto

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5188-3198>

Universidade Unisinos, Brasil

E-mail: arrudaneto@edu.unisinos.br

Márcia Maria Miguel Limeira Souza

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6896-9481>

Universidade de Pernambuco, Brasil

E-mail: marcia.souza@upe.br

Resumo

Em sua obra *A Promessa da Política*, Hannah Arendt nos apresenta a ideia de deserto como um lugar de aridez e desespero, em que elementos totalitários se apresentam impedindo a formação do mundo comum e a ação política. Com o atual governo brasileiro, que tem uma postura negacionista perante a gravidade da crise sanitária, política e de saúde atuais, percebe-se que há uma política de não tomar nenhuma providência de combate efetivo para conter o avanço do vírus, adotando-se uma postura autoritária que impede a implantação de ações mais efetivas de contenção da pandemia de COVID-19. O objetivo geral desse artigo é discutir como os conceitos arendtianos de deserto, oásis e promessa podem servir como análise da situação política brasileira durante a pandemia de COVID-19 no que se refere à atuação do governo federal. Utilizando-se também da narrativa para melhor compreender como aspectos autoritários do governo brasileiro ajudaram a disseminar informações falsas e manter a

situação de deserto, o método utilizado será o indutivo e a pesquisa bibliográfica e documental. Desta forma podemos verificar que mesmo a situação de deserto havendo se instalado, ela não significa o fim da esperança e do encontro de saídas para o combate à crise pandêmica atual, pois a promessa significa que o milagre e o novo podem garantir saídas para a crise, inicialmente através de oásis de narrativa e na construção de um espaço de aparência comum a todos os brasileiros, fruto da ação política.

Palavras-chave: Deserto; Pandemia; Dilema; Análise arendtiana.

Abstract

In her text *The Promise of Politics*, Hannah Arendt presents us with the idea of the desert as a place of aridity and despair, in which totalitarian elements are presented preventing the formation of the common world and political action. With the current Brazilian government, which has a negative attitude towards the seriousness of the current sanitary, political and health crisis, it is clear that there is a policy of not taking any effective measures to combat the spread of the virus, adopting a authoritarian stance that prevents the implementation of more effective actions to contain the COVID-19 pandemic. The general objective of this article is to discuss how the Arendtian concepts of desert, oasis and promise can serve as an analysis of the Brazilian political situation during the pandemic of COVID-19 with regard to the performance of the federal government. Also using the narrative to better understand how authoritarian aspects of the Brazilian government helped to disseminate false information and maintain the desert situation, the method used will be inductive and bibliographic and documentary research. In this way, we can verify that even if the desert situation has installed itself, it does not mean the end of hope and the finding of ways out to combat the current pandemic crisis, because the promise means that the miracle and the new can guarantee solutions to the crisis. , initially through an oasis of narrative and in the construction of a space of common appearance to all Brazilians, as a result of political action.

Keywords: Desert; Pandemic; Dilemma; Arendtian analysis.

Resumen

En su obra *La promesa de la política*, Hannah Arendt nos presenta la idea del desierto como un lugar de aridez y desesperación, en el que se presentan elementos totalitarios que impiden la formación del mundo común y la acción política. Con el actual gobierno brasileño, que tiene una actitud negativa ante la gravedad de la actual crisis sanitaria, política y de salud, es evidente que existe una política de no tomar ninguna medida efectiva para combatir la

propagación del virus, adoptando una Postura autoritaria que impide la implementación de acciones más efectivas para contener la pandemia COVID-19. El objetivo general de este artículo es discutir cómo los conceptos arendtianos de desierto, oasis y promesa pueden servir como análisis de la situación política brasileña durante la pandemia de COVID-19 con respecto al desempeño del gobierno federal. También utilizando la narrativa para comprender mejor cómo los aspectos autoritarios del gobierno brasileño ayudaron a difundir información falsa y mantener la situación del desierto, el método utilizado será la investigación inductiva y bibliográfica y documental. De esta manera, podemos verificar que aunque la situación del desierto se haya instalado, no significa el fin de la esperanza y la búsqueda de salidas para combatir la actual crisis pandémica, porque la promesa significa que el milagro y lo nuevo pueden garantizar soluciones a la crisis. , inicialmente a través de un oasis de narrativa y en la construcción de un espacio de apariencia común a todos los brasileños, como resultado de la acción política.

Palabras clave: Desierto; Pandemia; Dilema; Análisis arendtiano.

1. Introdução

No epílogo do seu texto *A promessa da política*, Hannah Arendt apresenta a metáfora do deserto como expressão da aridez, dor e desespero que toma conta dos homens em momentos de crise. A vida humana não se converte apenas em *bios*, mas também em mundo agonal, espaço criado pelos homens e para os homens, em que ações e discursos possuem grande significado ou, paradoxalmente, significado nenhum. Quando o dor se instala e a atomização do homem se torna regra, a sociedade de massas não consegue conferir significado na ação e ele pode se prestar a qualquer coisa. O discurso que manipula e movimenta as massas pode até ser lógico e coerente do ponto de vista linguístico, o que não garante a sua real significação reflexiva e nem que o narrado seja verdadeiro.

Mas o deserto não significa o fim da atividade humana, mas uma ruptura histórica, em um tempo que não deve conhecer a linearidade das ideias de progresso que dominaram o pensamento histórico durante muito tempo. No deserto existem oásis, espaços de resistência e travessia, lugares de refrigério em que as ações fazem um sentido real porque estão vinculadas à capacidade de julgar. Nesses espaços a reflexão encontra morada e o espaço da ação é o da possibilidade de construção de um mundo comum, em que a liberdade política seja preservada, em que o espaço público e a pluralidade humana possam de alguma forma existir,

nem que seja como bolsões de resistência. Porém, tempestades de areia sempre ameaçarão esses lugares de refrigério, pois o oásis é bem menor do que o deserto que o cerca.

O objetivo geral desse artigo é discutir como os conceitos arendtianos de deserto, oásis e promessa podem servir como análise da situação política brasileira durante a pandemia de COVID-19, no que se refere à atuação do governo federal. Seus objetivos específicos são apresentar o deserto como lugar de dor e desespero, de um ponto de vista conceitual, pautado nas ideias arendtianas de deserto como fruto de elementos totalitários; demonstrar a falta de políticas públicas federais de combate à pandemia de COVID-19 como projeto de governo, representando o autoritarismo governamental como espelho da ideia de deserto e analisar a ideia de promessa de Arendt como saída, um oásis que possibilita a esperança no milagre do novo, e da natalidade como forma de vencer o deserto.

Existiria esperança para vencer a aridez do desespero? Arendt é uma pensadora do otimismo e oferta a ideia de promessa como sendo a possibilidade da transformação política real e da construção de um mundo comum para além do oásis. A proposta se configura em conduzir o homem pelo pensamento a refletir sobre as suas ações e desenvolver os espaços de liberdade, em que a pluralidade humana encontre espaço de desenvolvimento e preservação, em que a natalidade possa encontrar o espaço para a construção do novo. Na proposta da construção de um novo mundo político, baseado na imprevisibilidade da ação, Arendt nos oferta a promessa como fruto de um compromisso com o pensar e o julgar, em que o desejo da construção desse espaço agonal seja o querer dos homens que criam e mantêm seu espaço de aparência.

2. Metodologia

A pesquisa apresentada nesse artigo possui como método de abordagem o método indutivo, por tratar-se de uma revisão bibliográfica que parte das obras da filósofa Hannah Arendt para compreender a situação nacional da política brasileira com a possibilidade de transformar a democracia em um deserto político.

No que diz respeito ao método de procedimento, a pesquisa se alicerçou no método histórico, pois buscou no passado explicações para fenômenos e problemas do presente. Quanto ao tipo de pesquisa, usou-se a pesquisa explicativa e a pesquisa bibliográfica, na condição de pesquisa teórica, pretendendo-se partir de uma revisão de literatura em que conceitos centrais são apresentados para iniciar-se a discussão sobre o deserto como uma ameaça democrática e a promessa como reconciliação do homem com o espaço público. As

obras-base utilizadas serão: *Origens do Totalitarismo* (1951), *A promessa da política* (2005) e *O que é política* (1993).

A pesquisa foi desenvolvida com uma abordagem qualitativa, pois são as reflexões da filósofa Hannah Arendt o ponto de partida para compreender o deserto como uma ameaça democrática decorrente das tempestades de areia (COVID-19, como argumento de emergência para tangenciar as liberdades plurais dos membros da comunidade), e a consequência seria o nascimento de discursos autoritários. Para evitar este último, a promessa como elemento político garante um caminho para evitar a crise e dispor de uma condição de participação do homem no espaço público.

3.Deserto como Personificação do Descaso e do Desespero

O deserto é o mundo que nos cerca, em que o mundo nos falta, o “escorregar no intermédio”, é o lugar em que “nos movemos” (Arendt, 2017, p. 178). Diferentemente de Kant, que acreditava que o deserto habita em nós e que somos habitantes conscientes do deserto, Arendt defende outra interpretação dessa metáfora. Para a autora, nós habitamos o deserto, mas ele não está em nós. Podemos sair dele. A Psicologia erra quando coloca o deserto como parte integrante do ser humano, pois mesmo vivendo nas condições do deserto ainda “somos humanos, ainda somos intactos. O perigo reside em que nos tornemos verdadeiros habitantes do deserto e passemos a nos sentir à vontade nele” (Arendt, 2017, p. 178).

O perigo está em sentirmos que a vida no deserto é uma vida normal e naturalizarmos o que é brutal como fazendo parte do real. O deserto se instala quando o homem desiste da política; quando, ao romper com a tradição, perde o referencial do agir político e naturaliza qualquer forma de exclusão como sendo assustadoramente normal. Significa deixar de compreender a realidade para deixar-se arrastar pelo movimento das massas, abdicando de sua condição de reflexão. Sem a compreensão, a ação política não é possível, pois, para Arendt, “compreender significa, em suma, encarar a realidade, espontânea e atentamente, e resistir a ela – qualquer que seja, venha a ser ou possa ter sido” (Arendt, 2016b, p. 21).

Porém, por que o homem não deseja compreender? Quais os motivos de aceitar passivamente as explicações do deserto e como prefere se tornar mais um na multidão, apenas aparecendo como movimento, como massa? Segundo Duarte (2000, p. 16), “quando refletir é simultaneamente arcar com o peso da dor que atravessa a história, a compreensão do mal torna-se um fardo que nenhuma moldura lógica pode aliviar”. Buscar a reflexão originada

pela compreensão do que se passa, da existência no deserto, torna-se dor, mas uma dor diferente da dor da vivência na aridez: torna-se a dor do pensar e em sua condição de massa o homem prefere não refletir e ficar na dor da ignorância, consolado nas falácias de lógica irreflexiva que justificam a vida no deserto.

O homem, ao se conformar em ser massa, nada mais é do que o indivíduo que se deixa arrastar por um profundo individualismo, e por falta de preocupação com a construção de um mundo público se deixa atomizar, isolar e assim se torna supérfluo. Nada lhe interessa que não a sua vida comum, solitária. Ele está sozinho e por isso se deixa facilmente arrastar pela fraude na compreensão do que é o mundo e do que é a realidade. No deserto, o homem renuncia ao pensar, ele se torna a personificação do mal banal. Essa condição irreflexiva se tornou uma condição geral na Alemanha nazista, em que o deserto encontrou o espaço perfeito de expansão e a condição humana da ausência de pensamento se fazia presente. Afirma Arendt:

A ausência de pensamento com que me defrontei não provinha nem do esquecimento de boas maneiras e bons hábitos, nem da estupidez, no sentido de incapacidade para compreender - nem mesmo no sentido de “insanidade moral”, pois ela era igualmente notória nos casos em que nada tinham a ver com as chamadas decisões éticas ou os assuntos de consciência (Arendt, 2018, p. 19).

Mas essa ausência de pensamento não era em si uma novidade. Arendt relata que, desde o século XIX, com a implantação do imperialismo e a crise do Estado-nação, a massa era manipulada para que a irreflexão fosse a sua forma de movimento. A consciência individual era atacada pelo movimento das massas criado para implantar uma ideologia vazia que serviria a quem estivesse no poder, “evaporando-se fins e meios juntamente com a personalidade, e o resultado é a monstruosa imoralidade da política ideológica” (Arendt, 2016b, p. 348).

Essa manipulação ideológica das massas é fruto de uma forma burocrática e organizada de gerar discórdia, criar inimigos fictícios e gerar paranoias com essas criações de modo a produzir-se a desinformação deliberada. Em uma sociedade em que o movimento das massas é produzido e pensado para manipular, para mentir e para gerar desconfiança, as regras morais e éticas deixam de existir, abrindo espaço para a fluidez dos discursos autoritários e de ódio e o deserto se instala de forma completa.

Para essa instalação, tão presente nos governos totalitários, cria-se a ideia mística de que um líder é capaz de guiar um povo que sucumbe de desespero pela ruptura dos seus valores, pela descrença no mundo político. Esse líder governa dentro de um aparato de

desconfiança e medo, em que ele se torna a representação do Messias político. Ele é a autoridade total e o detentor de toda verdade e esperança, que governa “com total liberdade, sem respeitar qualquer regra fixa” (Schio, 2012, p. 39). Tudo passa a ser controlado e ordenado por esse líder, que nada respeita e tem a todos como dados em um terrível tabuleiro da morte, do descaso, da dor e da secura do deserto.

4. O Brasil como Símbolo do Deserto: uma (des)política de abandono

O Brasil vive seu momento de deserto, pois o momento pelo o qual o país está passando é fruto de instabilidades políticas e econômicas. A falta de confiança na política e nos políticos vem ocorrendo desde 2016 com o *impeachment* da então presidente eleita Dilma Rousseff, desenvolvendo assim uma crise que “apenas” começou política, mas que atingiu todas as áreas da sociedade. Nesse campo de instabilidade e descrédito criam-se as condições que permitem a inserção de políticas autoritárias e líderes autoritários.

Podemos afirmar que os elementos totalitários tão abertamente denunciados por Arendt nos assombram desde a existência de um projeto político de superdimensionar a corrupção dos governos do Partido dos Trabalhadores e invocar a ideia de que o Fórum de São Paulo e a política externa petista visavam transformar o Brasil em um país comunista, ateu e a favor do aborto e que terminaria com o fim da tradicional família brasileira. Instalou-se um ambiente de ódio ao PT e a todas as suas lideranças que conduziu à eleição do representante da extrema direita Jair Bolsonaro, que se apresentou como o Messias, o salvador do Brasil.

Rompemos com a nossa tradição política e podemos enveredar em um período sem precedentes na nossa história, composto de calamidades de saúde pública, de genocídio indígena, de morte em massa de pobres e pretos, de degradação do ambiente e violência campesina. Assim, de acordo com Di Pego (2016, 198):

[...] os elementos que confluíram em uma particular síntese totalitária continuam persistindo em nossa sociedade, pois o totalitarismo segue sendo uma ameaça e enfrentarmos a sua análise não é só uma tarefa histórica, mas também uma interpelação ao roteiro político de nossas sociedades (tradução livre).

Elementos totalitários são facilmente encontrados no Brasil de 2020. O Brasil e o mundo estão enfrentando a Pandemia da COVID -19, causado pelo vírus Sars-Cov-2. Diversos países decretaram estado de calamidade, pois dado o desenvolver e propagação do

vírus milhões de pessoas estão morrendo ao redor do globo. Analisar como os países e seus líderes estão enfrentando esta pandemia é importantíssimo, bem como perceber como o autoritarismo encontrou caminho livre em alguns países devido à forma dos governos de lidarem com a situação. Considera-se o autoritarismo de hoje um traço, um elemento totalitário, não se confundindo com esse modo de governo e o termo deve ser usado com cautela, como avisa Arendt nas *Origens do Totalitarismo* (Arendt, 2016b), mas não se pode deixar de enxergar como existem aspectos similares entre governos totalitários e autoritários. A pandemia de COVID-19 e o modo de atuação para seu combate pelo governo brasileiro nos ajuda a compreender esses traços similares.

Um exemplo claro desses traços se encontra na figura do líder político, que em ambos os regimes está no centro do movimento que o leva ao poder, mas age como se estivesse acima dele, sem precisar dar satisfações a ninguém. A diferença reside entre os líderes, em que no totalitarismo “o líder assume toda responsabilidade pelos atos praticados pelos seus subordinados, e nos governos autoritários ele usa seus subordinados e os descarta quanto esses não agradam as massas” (Arendt, 2016b, p. 510). Enxergar o que se deseja e criar uma atmosfera de que estão sempre certos e são Messias são características comuns a líderes autoritários e totalitários. Na pandemia atual, alguns líderes se mostraram negacionistas frente à gravidade da pandemia. Utilizando-se de desinformação criaram uma fantasia de que a pandemia não era tão grave assim e que era necessário salvar a economia das medidas de restrição para circulação e aglomeração de pessoas propostas pela Organização Mundial de Saúde. Porém, essa atitude não os furtou de colher os frutos dessa negação. O primeiro exemplo desse posicionamento foi o caso do prefeito de Milão, Giuseppe Sala. A *hashtag* “#MilãoNãoPara”, foi utilizada contra o isolamento social e isso custou a vida de milhares de pessoas, chegando a passar a marca de 28 mil mortes vítimas do COVID-19 na Itália.

Este cenário se repete em outros países e a forma como chefes de Estado estão enfrentando esta crise sanitária pode salvar vidas ou não, como podemos observar. Medidas precisam ser tomadas levando em consideração a gravidade da situação, de acordo com sugestões de cientistas, da Organização Mundial da Saúde e de estudos de virologia baseados na ciência. Desta forma é possível chegar a uma solução e salvar vidas, mas em paradoxo a essas medidas de responsabilidade aparecem estes líderes negacionistas, que usam da desinformação e da anticiência como formas de impedir que a população saiba realmente qual a dimensão do problema e possa responsabilizá-los pelas suas atitudes.

No Brasil, o Presidente da República Jair Bolsonaro é um perfeito exemplo de um líder negacionista e que serve a interesses diversos do da maioria da população. Sendo assim,

Bolsonaro costuma diminuir os efeitos da COVID-19, é contra o isolamento social e está mais preocupado em “salvar a economia” do que em salvar vidas, criando um falso dilema entre economia *versus* vidas. Desde o primeiro decreto estabelecendo o fechamento do comércio das atividades consideradas não essenciais é comum em seus pronunciamentos nosso presidente tratar com irresponsabilidade o surto de COVID-19 no Brasil, até mesmo convocando manifestações públicas pedindo pela reabertura do comércio para salvar a economia e proferindo a desinformação de que o uso obrigatório de máscaras de proteção não serve para nada. Mesmo quando contraiu a doença, Bolsonaro não deixou de minimizar a gravidade da pandemia e continuou a disseminar desinformação.

Essas atitudes e falas contrariam sua própria base de governo e aliados. Recentemente, Bolsonaro entrou em conflito com todo Ministério da Saúde, em especial com o agora ex-ministro da Saúde Henrique Mandetta. Isso agravou a crise sanitária e trouxe uma crise política que estava prestes a estourar. Com isso, uma crise de autoridade se instaurou no país, fruto dos desentendimentos em relação às medidas de enfrentamento da COVID-19 entre o presidente Bolsonaro e seu ex-ministro da Saúde Mandetta, repetindo-se também com Nelson Teich, também ex-ministro da Saúde e sucessor de Mandetta. Mais uma vez, Bolsonaro agiu como o líder que precisa gerar instabilidade política para se manter no poder, utilizando-se de elementos totalitários. De acordo com Arendt (2016b, p. 530): “O possuir o poder significa um confronto direto com a realidade, e o totalitarismo no poder procura constantemente evitar esse confronto, mantendo seu desprezo por fatos e mantendo a rígida observância das normas do mundo fictício que criou”.

Sendo assim, percebe-se que a desinformação tem um papel fundamental na manutenção de poder de um governo que usa de traços e elementos do totalitarismo para buscar manter uma postura autoritária. Ao romper com a ciência e adotar a desinformação, o governo brasileiro transforma-se conscientemente em um gerador de crises que objetiva confundir a população para flexibilizar a compreensão da verdade. A ciência, nesse contexto, transforma-se em uma mera opinião, “configurando-se com o objeto de discussão e de deliberação” (Schio, 2012, p. 208). A verdade factual deixa de ser certeza e passa a ser interpretada pelo mero subjetivismo, gerando uma profunda crise de autoridade que afeta a ciência e fortalece o discurso autoritário da desinformação governamental.

Decerto, o conflito de autoridade reside dessas divergências entre o presidente e seus ex-ministros demonstram essa crise. O problema reside no fato que o presidente, ao tentar manter sua autoridade, o fez de forma incongruente, agravando a crise sanitária devido a decisões que, além de contrariar seus ex-ministros, foram contra recomendações de

instituições internacionais no âmbito da saúde, corroborando e agravando a crise de desinformação propositadamente causada. Desde o discurso do uso da cloroquina e da hidroxicloroquina até a campanha para o não uso de máscaras, chegando-se ao absurdo máximo de usar o dinheiro público para fazer uma campanha antivacina, o governo brasileiro prefere deixar a população nacional abandonada à sua própria sorte, espalhando a informação de que a imunidade de rebanho nos salvará da pandemia.

Segundo uma matéria do G1, na primeira fase da pandemia, enquanto Mandetta era Ministro da Saúde e sempre defendeu as medidas para contenção da velocidade do contágio da COVID-19, Bolsonaro sempre criticou o isolamento social e o fechamento de serviços devido aos impactos para a economia. Mandetta chegou a dizer que a população não sabe "se escuta o Presidente ou o Ministro da Saúde". Essa campanha de desinformação não deixa de ser uma forma de violência velada, pois a desinformação deliberada é uma mentira, "ocorrendo quando o mentiroso está cômico dos objetivos que o levam a alterar a realidade, pois ele constrói o cenário que deseja apresentar, assim como prevê o impacto que pretende obter nos receptores" (SCHIO, 2012, p. 209). Utilizando-se do cargo e do poder que lhe é conferido, Bolsonaro usa de argumentos para confundir e disseminar ideias equivocadas que colocam em xeque a sua real autoridade como chefe de Estado. Dessa forma, Arendt observa que:

A autoridade exclui a utilização de meios externos de coerção; onde a força é usada, a autoridade em si mesma fracassou. A autoridade, por outro lado, é incompatível com a persuasão, a qual pressupõe igualdade e opera mediante um processo de argumentação. Onde se utilizam argumentos, a autoridade é colocada em suspenso (Arendt, 2016a, p. 77).

O uso habitual de militares no governo e a manutenção de certa paranoia de que inimigos do Estado precisam ser combatidos, criando-se um clima nostálgico em relação ao Regime Militar e uma falsa ideia de que esse período de nossa história foi tranquilo e estável, gerando prosperidade e segurança é constantemente disseminada. Uma ruptura institucional ronda o governo atual que ataca de forma sistemática os outros poderes da República. Qualquer um que critique o governo é imediatamente alvo de cancelamentos e linchamentos virtuais e a obediência às vontades do governo é tida como uma condição necessária para o progresso nacional e a manutenção da ordem da "estabilidade democrática". A autoridade buscada pelo governo é pautada no medo, no autoritarismo. Sobre autoridade:

Percebemos que o significado de autoridade se supõe facilmente e se relaciona essencialmente com o caráter de obediência que esta modalidade de governo exige, ficando claro que a obediência não se confunde, necessariamente, com noções de força e violência. Fica assim bem claro para Hannah Arendt, que a necessidade da força e da violência evidencia, antes, a impotência de um governo, bem como a ausência de autoridade e o abandono do poder oriundo necessariamente da esfera pública (Linhares, 2011, p. 31).

Inferese-se desta crise de autoridade que surgiu entre o presidente e seus ex-ministros que agravou a crise sanitária e demonstrou a falta de entendimento presente no governo, resultando na demissão dos dois ministros da Saúde e no vácuo do Ministério há meses. Outro fato relevante é termos um ministro interino na pasta da Saúde que nada entende da área, pois é militar de carreira. Toda a postura governamental, além de apresentar um cunho autoritário, traço e elemento do totalitarismo, demonstra uma aparente incompetência para governar, pois na realidade sabe-se muito bem que fomentar crises é um excelente meio para permitir que esses elementos totalitários germinem em uma sociedade democrática. De acordo com Duarte (2000, p. 37), “elementos, por si mesmos, não causam nada. Eles tornam-se a origem do evento se e quando eles subitamente cristalizam-se em formas fixas e definidas”, mas não são suas causas, não no sentido de causalidade: são o início de um processo que ameaça a democracia e rompe com o Estado de Direito. Por não serem uma causalidade necessária, podem e devem ser combatidos em sua origem.

Com a demissão de Mandetta e posteriormente de Teich, parte da população se mostrou insatisfeita e começou a questionar as atitudes do governo federal no controle pandêmico, principalmente sanitaristas, infectologistas e a grande imprensa. O presidente Bolsonaro começou a perder admiradores dentro de seu próprio círculo partidário. Teich parecia ideologicamente vinculado ao governo federal, entretanto a sua forma de enfrentamento da pandemia não agradou ao presidente Bolsonaro. Mostrando-se contra o isolamento social, defendendo o uso de medicamentos como a cloroquina e a hidroxicloroquina, que segundo estudos, não tem eficácia contra o Sars-Cov-2, Bolsonaro não tardou a ter problemas com o novo ministro. Com menos de um mês no cargo de ministro da Saúde Nelson Teich pediu demissão.

Bolsonaro, como já apresentado, é crítico às medidas de isolamento indicadas por diversos estudiosos, médicos e também pela OMS, apontando sempre pela abertura dos comércios para movimentar a economia e criticando governos estaduais e municipais por adiarem a abertura do comércio, além de responsabilizá-los por todas as consequências pandêmicas, pois o governo federal não assume nenhuma responsabilidade em relação aos

milhares de mortos e milhões de contaminados. Estes governos continuaram estendendo decretos que mantêm apenas serviços essenciais abertos, que são os supermercados, farmácias, casas de ração, postos de gasolina e hospitais - a maioria relacionados à sobrevivência e à aquisição de insumos. Todos estão elencados no decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que vem sendo alterado e editado por meio de medidas provisórias editadas pelo presidente Jair Bolsonaro, até que no fim de julho os governadores e prefeitos decidiram realizar planos de reabertura econômica, pois não obtiveram auxílio do governo federal para manter as suas economias.

Segundo Arendt (2016), a autoridade real traria segurança para o espaço público, de modo que crises de autoridade surgem no mundo moderno e contemporâneo, fertilizando o campo para o surgimento de políticas e governos autoritários. O aparecimento de crises no espaço público fortalece a implementação desse modelo de governo, e isso está acontecendo também em El Salvador, em moldes muito parecidos aos já narrados em relação ao Brasil. Segundo a colunista Sylvia Colombo, em coluna publicada no Jornal Folha de São Paulo, o governo salvadorenho encontrou a justificativa perfeita no combate ao COVID-19 para implementar atos autoritários.

Ainda de acordo com a coluna, o presidente do país Nayib Bukele já havia demonstrado autoritarismos em sua gestão, utilizando redes sociais a seu favor para governar por meio de *tuítes*. Há casos de decretos que não são publicados no diário oficial do país e sim no Twitter. Casos de decisões autoritárias notificadas, Bukele fechou a cidade La Libertad, ninguém podia sair de casa, nem tampouco entrar ou sair da cidade, usando a justificativa de que este havia visto imagens de aglomeração e enviou o exército para o município litorâneo. Mesmo que a oposição seja favorável a algumas decisões do presidente Nayib Bukele, dificilmente estas passam pela análise do legislativo, sendo diretamente publicadas. Quando questionado, ele afirma que “ele que manda” em assuntos urgentes como o atual, e assim justifica todos os seus atos.

No Brasil, esse autoritarismo já tão denunciado ocorre de outra forma. O presidente Jair Bolsonaro tenta esconder dados relativos à contaminação e mortes por COVID-19, é negacionista, inflama o cenário da política e da saúde brasileira e convoca manifestações em prol de seu governo em meio à pandemia. Compreender a saída de Teich é emblemático para verificar a falta de compromisso do governo com a população brasileira e seu descaso intencional que objetiva fragilizar a nossa democracia. Teich permaneceu no cargo durante 27 dias por concordar com as medidas adotadas pelo antecessor a sua saída, assim como a saída do ministro anterior ocorreu devido à divergências entre o presidente e seus ministros e a

política de deserto promovida por Bolsonaro. Ao assumir a pasta um general das Forças Armadas, que não apresenta conhecimentos sobre a área da Saúde, mas concorda com as decisões do presidente Jair Bolsonaro, esta ação demonstra o que é suficiente para ocupar o cargo de Ministro da Saúde, ou seja, a obediência aos argumentos subjetivos do Presidente da República.

Uma das medidas para tentar diminuir os efeitos da pandemia na economia e na vida de parte da população foi a concessão do Auxílio Emergencial, regulamentado pela Lei nº 13.998 de 2020. Essa lei autoriza o pagamento do valor de R\$ 600,00 ou R\$ 1.200,00 para diversas categorias de trabalhadores e pessoas que estão sendo prejudicadas com a paralização temporária das atividades de diversas áreas no Brasil. Inicialmente, o presidente Bolsonaro indicou o valor de apenas R\$ 200,00 e depois aumentou a proposta para R\$300,00 a serem concedidos aos beneficiários desse auxílio. Na votação do projeto de lei na Câmara dos Deputados, esse valor foi dobrado por decisão da maioria e depois seguiu para o Senado, onde o valor também foi aprovado. Atualmente, o valor será de R\$ 300,00 para os brasileiros que terão direito ao recebimento do auxílio até o fim do ano de 2020. Saliente-se que a partir de setembro vários brasileiros serão excluídos do direito de receber o auxílio para que se mantenha o teto dos gastos, herança do governo Temer.

Quando o Brasil passou a marca de 40.000 mortes pela COVID-19, o presidente do país zombou da dor das pessoas que perderam seus parentes, instigando seus apoiadores para que invadam hospitais para checar se os leitos destinados para pacientes vítimas do vírus realmente estão ocupados. A postura atual não é mais tão explícita, a marca de mais de 120.000 mortos choca o mundo e demonstra uma tragédia comparável à da gripe espanhola, na segunda década do século XX. O Brasil é notícia no mundo como símbolo de um (des)governo e de falha no enfrentamento à pandemia da COVID-19, chegando a ser citado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, aliado de Bolsonaro, como exemplo a não ser seguido.

O presidente Jair Bolsonaro está indo contra o mundo no tocante ao combate do vírus. Segundo Alain Badiou (2020), em momentos de epidemia são deflagradas contradições entre política e economia. O mundo inteiro está enfrentando a pandemia desse novo vírus, países e seus líderes tomam medidas específicas para conter a transmissão do Corona Vírus. A normalidade do cotidiano ainda não existe em nenhum lugar do mundo e, enquanto uma vacina não surge, o “novo o normal” de limites e restrições se estabelece como ordem do dia. O deserto pandêmico está estabelecido, mas ele não é fim, mas apenas mais uma novidade.

Mesmo no deserto existem oásis e esses são forças para que novas resistências se estabeleçam e um novo começo possa sempre ocorrer.

5. Seria a Promessa uma Forma de Oásis: refletindo sobre saídas da crise

O termo promessa no pensamento de Hannah Arendt corresponde ao título do livro *A Promessa da Política* (2005). Não há um conceito de promessa explícito no pensamento da autora, embora incorra elementos para corroborar este termo. Promessa corresponde a outro termo, que é tradição. A gênese terminológica é a relação com o direito, pois o ato de prometer tem como consequência o fazer e o não fazer; o primeiro é a entrega (*traditio* ou tradição) e o segundo a responsabilidade. Com isso, no campo da política republicana e democrática, a tradição representa a entrega e o compartilhamento do poder político, além do respeito ao conceito de autoridade.

A pandemia de COVID-19 representa o momento de reflexão sobre o enfrentar o vírus biológico além do vírus da exceção ou sobre as negações institucionais democráticas. Embora a promessa no pensamento de Arendt represente a dualidade entre o medo e a esperança, o termo promessa está no capítulo sobre a atividade da ação, no subcapítulo intitulado como “A imprevisibilidade e o poder de prometer”. Posto isto, dois elementos correspondem à ação: a pluralidade sendo o elemento condicional da ação humana e a ação como exercício da política, sendo que a natalidade apresenta uma relação com esta atividade, pois infere o sentido de começar o novo (Arendt, 2018).

O objetivo da natalidade para o homem é mostrar-se ao mundo como um indivíduo político capaz de exercer as atividades políticas e sociais no ambiente público, ou seja, no mundo comum. A ação corresponde à atividade da *vita activa*, que não pode ser condicionada ou desempenhada no isolamento do homem. Sendo assim, “a ação está ligada à vida como *bios*, forma de vida, *ethos*, e não apenas *zoé*, a vida no seu sentido biológico. Essa atividade não se realiza na solidão nem no isolamento. É a única atividade humana que não pode acontecer se os homens não estiverem reunidos” (Aguiar, 2012, p.49). Por isso, no início do capítulo sobre a ação, Arendt indica o sentido da revelação do agente no discurso e na ação (subcapítulo 24). Para a autora, a característica em compreender o espaço público desta convivência coletiva entre os homens é a de que “a pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem o duplo aspecto da igualdade e da distinção” (Arendt, 2018, p.217).

Por conseguinte, por ser condição básica da atividade do homem, conseqüentemente as ações a serem desempenhadas são condicionantes à premissa. Ou seja, esta é a dedução

lógica. Por exemplo, a política para Arendt será plural; o discurso também. Com isso, o termo utilizado por Arendt no título do subcapítulo mencionado refere-se à consequência da natalidade, ou seja, iniciar o novo ou mostrar-se para este mundo plural, além de revelar a atividade desempenhada pelo homem em comunidade, por isso “o discurso e a ação revelam essa distinção única. Por meio deles, os homens podem distinguir a si próprios, ao invés de permanecerem apenas distintos” (Arendt, 2018, p. 218).

Assim sendo, no final da discussão sobre a ação está a imprevisibilidade e o poder de prometer. Observa-se que a promessa é fruto do ato de prometer. Com isso, “[...] o poder estabilizador inerente à faculdade de fazer promessas sempre foi conhecido em nossa tradição” (Arendt, 2018, p.301). Esta citação é referente à premissa argumentativa a respeito do ato de prometer, por estar próximo ao conceito de natalidade, pois para a política a promessa representa o sentido da esperança. Na *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, conceitua-se a promessa como um ato de expressar confiança nas relações sociais, de coordenar a cooperação política e social em razão da convivência no mundo, além de serem elementos importantes da ordem política e da justiça (Habib, 2014).

A influência de termos conceituais que Arendt buscou para sua discussão compreende os princípios do direito romano, como, por exemplo, *pactum sunt servanda*, além dos exemplos históricos com a utilização sinônima do vocábulo aliança. Isto representa a condição do homem em viver em comunidade, ou seja, a unidade social e política. Em relação à questão da imprevisibilidade, Arendt indica uma dupla acepção sobre o tema, primeiro em relação a não confiança de propor atos, além de não confiar em si mesmo; segundo, sobre a não capacidade de serem senhores dos seus atos (Arendt, 2018). Por isso, “a função da faculdade de prometer é dominar essa dupla obscuridade dos assuntos humanos e, como tal, constitui a única alternativa a uma supremacia baseada na dominação do si-mesmo e no governo de outros” (Arendt, 2018, p.302).

A consequência ou elemento intrínseco é o direito, e este influencia Arendt na acepção romana do uso do direito, ou seja, “quando pensa na promessa como redenção possível da imprevisibilidade da ação política que se dá em uma teia de relações humanas, Arendt tem em vista o conceito romano de lei” (Correia, 2011, p.65). Por conseguinte, sobre o ato de prometer há uma preocupação de Arendt sobre o sentido da liberdade, esta como discorre Arendt não é pré-constituída do conceito de soberania, mas a liberdade inerente à faculdade de prometer, pois este ato de liberdade é consequência da atividade da ação, pois, “por último, temos a ação e sua ligação com o vínculo político. Ela é, entre as atividades, a única relacionada diretamente à liberdade, à capacidade humana de fundar um mundo [...]” (Aguilar,

2012, p.49). Sendo assim, o homem, quando responsável em desenvolver e participar do mundo pela ação, tem a função de consentir, deliberar e relacionar-se politicamente com os outros membros da comunidade. Contudo o perigo, conforme mencionado, não é dispor sobre o tipo de liberdade, mas pelo poder constituído da promessa. No pensamento de Arendt há uma dualidade conceitual sobre este perigo, com isto:

O perigo e a vantagem inerente a todos os corpos políticos assentados sobre contratos e tratados é que, ao contrário daqueles que se assentam sobre o governo e soberania, deixam a imprevisibilidade dos assuntos humanos e a inconfiabilidade dos homens exatamente como são, usando-as meramente como meio, por assim dizer, no qual são instauradas certas ilhas de previsibilidade e erigidos certos marcos de confiabilidade (Arendt, 2018, p.302-303).

Desta citação infere-se o sentido em razão das promessas perderem o sentido de confiabilidade para serem transformadas em discursos incertos. As ilhas de previsibilidade são a metáfora que Arendt utiliza para discutir sobre a possibilidade de promessas não serem cumpridas. Por isso a utilização do direito como instrumento para coesão e coerção em razão da responsabilidade das partes. Neste sentido, “a força que as mantém unidas, distinta do espaço da aparência no qual se reúnem e do poder que conserva a existência desse espaço público, é a força da promessa ou do contrato mútuos” (Arendt, 2018, p.303). Isto é fruto da capacidade da ação e do discurso como instrumentos para iniciar o novo no espaço público, pois, “sem a promessa e a boa fé de que todos respeitarão as leis e os contratos, nenhuma liberdade e igualdade são possíveis” (Aguar, 2012, p.50).

Outro elemento de importância para o espaço público é a natalidade para iniciar os processos políticos necessários para a comunidade, ou como Arendt definiu, como estarmos no mundo, pois “a natalidade, compreendida como a promessa de novidade ínsita a cada nascimento, evento no qual está ontologicamente radicada a liberdade” (Correia, 2011, p.66). O objetivo da promessa é garantir que a soberania seja o elemento constitutivo e vinculativo para as ações a serem desempenhadas pelos homens no espaço público, e que estas sejam válidas politicamente. Observa-se que a soberania no pensamento de Arendt é a capacidade do homem em desenvolver seus atos de forma livre.

À vista disso, após apresentarmos os aspectos gerais sobre a promessa no pensamento de Arendt, neste período de pandemia pelo COVID-19, dois questionamentos surgem sobre o tema política, primeiro em relação à “o que é política?”, e a segunda, “a política ainda tem algum significado?”. A preocupação dos cidadãos no intercurso de uma crise é buscar soluções ou estabilizações sociais, políticas ou jurídicas. O vocábulo *crise* etimologicamente

representa ruptura ou rompimento social ou político. Este processo infere incertezas para a comunidade, ou seja, a possibilidade de ser uma ‘ausência-de-mundo’.

O primeiro questionamento tem como resposta a seguinte afirmação de Arendt: “a política se baseia no fato da pluralidade humana” (Arendt, 2008, p.145), sendo que o seu surgimento dar-se-á: “a política surge entre os *homens*; portanto, absolutamente *fora do homem*. Não existe, por conseguinte, nenhuma substância política” (Arendt, 2008, p.146). Consequentemente o sentido do agir político é pela deliberação, esta com os elementos plurais e entre os homens. O processo deliberativo é consequência da ação e do discurso, por isso “deliberar com os outros cidadãos é um ato feito pelo discurso, o qual, todavia, requer um ponto de referência compartilhado para as deliberações dos cidadãos” (Voice, 2020, p.69). Pois isto é consequência da unidade entre os homens no mundo comum, pois “política diz respeito à coexistência e associação de homens diferentes” (Arendt, 2008, p.145). Portanto, “nessa forma de organização, toda diferenciação original é efetivamente erradicada” (Arendt, 2008, p.145).

Em relação ao segundo questionamento, “A política ainda tem algum significado?”, na política há de se destacar três características que são distintas, embora vinculativas. Assim sendo “na política, portanto, há que se diferenciarem os fins, os objetivos e o significado” (Arendt, 2008, p.257). Neste processo metodológico Arendt inferem-se quatro argumentos: (1) significado está contido no próprio objeto, enquanto na atividade só dura, enquanto está existir; (2) em relação aos fins, estes só são efetuados com a realização de uma atividade e (3) os objetivos são considerados parâmetros. Contudo, Arendt indica um quarto elemento para este processo metodológico, que é (4) “princípio de ação”, que corresponde à capacidade dos cidadãos em se reunir e realizar atos políticos ou sociais no espaço público (Arendt, 2008).

Neste caso, ao apresentar um quarto elemento ao processo metodológico, Arendt indica que este “princípio de ação” é referente a distintos momentos da narrativa política. Com isso, a crise do COVID-19 é parte deste princípio. Contudo, para responder ao segundo questionamento à luz do pensamento de Arendt, estes quatro elementos do processo para a política representam o significado da política e por isso este princípio representa as experiências sócio-políticas dos homens no espaço público, mas o sentido principal é: “a resposta é: o significado da política é a liberdade” (Arendt, 2008, p.161). Portanto, a liberdade como consequência da ação representa “a peculiaridade do indivíduo, porém, não pode ser revelada fora de um contexto, pois em primeiro lugar, uma ação precisa ser testemunhada, pois se trata de uma autoexposição reveladora de *quem* a pessoa é pelo que faz e diz (Voice, 2020, p.65).

Por isso, um último questionamento, *quem* é a pessoa no isolamento da *pandemia* ou *quem* é a pessoa no discurso da emergência política, devido ao COVID-19 ou *quem* é a pessoa na ameaça às instituições democráticas, fruto deste discurso emergencial? Esses questionamentos apresentam uma alternância de objetivos, embora representem uma dualidade quanto às partes deste processo político, o representante político e o cidadão. Portanto, o principal perigo que a crise do COVID-19 pode acarretar para as instituições democráticas e para o espaço público é o de que “o moderno crescimento da ausência-de-mundo, a destruição de tudo o que há *entre* nós, pode ser também descrito como expansão do deserto” (Arendt, 2008, p.266).

Dois argumentos inferem-se sobre esta destruição do espaço que é a solidão e a condição do não pensar. O primeiro elemento é referente ao instrumento utilizado pela exceção, ou seja, “a solidão conecta-se com o desenraizar-se e com o processo de tornar os indivíduos em inumanos e supérfluos” (Kattago, 2020, p.78). O segundo representa a ausência de senso crítico sobre uma determinada situação, pois a importância do pensar em situações de crise é um instrumento importante para o cidadão questionar determinadas violações aos elementos constitutivos da comunidade, ou seja, aos direitos. Por isso, “a atividade de pensar é um exercício, uma prática de investigação e interrogação que lança constantemente o sujeito em uma jornada singular” (Assy, 2015, p.102).

Portanto, para evitar o não-mundo ou sua ausência é necessário o percurso ou a jornada pelo deserto. Posto isto, a metáfora utilizada por Arendt representa no panorama atual a crise do COVID-19. Sendo assim, o deserto é a capacidade do homem em adaptar-se às adversidades políticas e evitar os oásis, ou seja, as ilusões oferecidas para que o homem não exerça seu senso crítico sobre a situação. Com isso, o homem busca uma saída, seu princípio de ação é a travessia política e social necessária em momentos de crise. Corroborando o sentido da política, a promessa como elemento político busca o sentido da natalidade, ou seja, o novo nascer para a travessia da crise.

Arendt buscou no pensamento dos princípios romanos sobre a noção de contratos, mas a noção de promessa em seu pensamento se afasta deste vínculo contratualista. De acordo com Marguerite La Caze - e concordamos com sua tese - a primeira diferenciação é que a promessa se volta para eventos e não teorias; o segundo argumento é que a teoria contratualista depende de uma unidade momentânea, enquanto a promessa inclui a pluralidade (La Caze; 2020). Sendo assim, “as promessas também podem estar conectadas ao progresso político, pois uma maneira de compreendê-lo é como o reconhecimento crescente da igualdade entre os outros” (La Caze, 2020, p.288).

Portanto, a promessa no pensamento de Arendt advém de dois conceitos característicos, a natalidade e a pluralidade. Da natalidade é a capacidade de prometer o novo, a promessa em Arendt é baseada no medo pelo desconhecido, mas com a esperança em conhecê-lo. Ou seja, a disposição em realizar no espaço público o sentido de fazer política na esfera pública. Sendo assim, o novo ou o pós-crise será a retomada do espaço público, sendo acrescentado o sentido de cuidado e o evitar uma “ausência-de-mundo”.

6. Conclusão

Os elementos totalitários, uma vez surgidos como novidade a partir dos governos totalitários do início do século XX, tornaram-se uma constante ameaça da destruição da ação política, do espaço de aparência em que a pluralidade pode formar o mundo comum. Arendt denuncia que todas as vezes em que crises políticas e econômicas se instalarem haverá a possibilidade desses elementos se fazerem presentes. Hoje, no Brasil, esses elementos eclodem através da presença de um governo autoritário que traduz elementos do totalitarismo no seu cotidiano de atuação.

Com a ideia messiânica de ser o salvador da pátria, o atual presidente negligencia os problemas brasileiros e segue uma linha ideológica de ultraconservadorismo e controle total do aparelho estatal. Se não há um extermínio claro dos brasileiros discordantes ou indesejáveis ao governo, pululam denúncias de distribuição de medicamentos perigosos para uso da população indígena contaminada com a COVID-19, além da obrigatoriedade prática do uso de medicamentos ineficazes e perigosos nos hospitais vinculados ao SUS. Os indígenas e os pobres (que são pretos e pardos em sua maioria) são as principais vítimas dos quase 150.000 mortos atuais (dados de outubro de 2020).

O deserto da dor e do desespero se instala no Brasil que promove uma política pública de negligência propositada e distribuição de remédios homicida. Denunciado no Tribunal Penal Internacional, o presidente em nada parece diminuir a sua política de abandono dos mais pobres e da exclusão dos povos tradicionais de políticas de saúde, de distribuição de renda e de combate à desigualdade. Contando com uma eficiente máquina publicitária, o governo dissemina desinformação e incentiva o não uso de máscaras e o movimento antivacina. Os elementos totalitários são usados para destruir a democracia brasileira por dentro, através de uma governança da supressão de direitos e da instauração de perseguição aos inimigos do governo.

Arendt, neste contexto, nos ajuda a compreender a verdade factual das ações governamentais, bem como a não permitir que percamos a esperança de lutarmos por dias melhores, seja através do combate político da narrativa, através do direito por meio dos instrumentos processuais, ou ainda através das redes sociais e dos protestos de rua e pannels. O dia de amanhã e a imprevisibilidade das ações humanas são a grande esperança do novo, para que os oásis de liberdade se tornem a promessa da construção do espaço público democrático e plural em que as vozes são ouvidas e os direitos garantidos.

Mesmo que essa luta não seja fácil, pois no combate ao deserto, mesmo quando os oásis são criados, as tempestades de areia podem significar uma possibilidade de retrocesso. Mesmo quando o deserto ao redor do oásis seja grande e pareça engoli-lo, sempre existirão os que não se deixam arrastar pelos movimentos das massas manipuladas pelos elementos totalitários. Sempre existirá resistência e esperança na possibilidade de uma travessia entre o que se passou e o que não se criou, entre a dor e a felicidade.

Portanto, este trabalho é fruto de reflexões e debates entre os autores sobre o tema autoritarismo no pensamento de Hannah Arendt e de comentadores contemporâneos. Por isso, este artigo deverá estabelecer discussões futuras no pensamento da autora.

Referências

Aguiar, O. A. (2012). Necessidade e Liberdade em Hannah Arendt. *Princípios*, Natal (RN), 9(32), 35-54.

Arendt, H. (2019) *A Vida do Espírito: o pensar, o querer, o julgar*. (8a ed.), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Arendt, H. (2018). *A Condição Humana*. Tradução de Roberto Raposo e Rev. de Adriano Correia. (13a ed.) rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Arendt, H. (2016a). *Entre o Passado e o Futuro*. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

Arendt, H. (2016b). *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Arendt, H. (2008). *A Promessa da Política*. Tradução de Pedro Jorgensen. org. e intr. de Jerome Kohn. Rio de Janeiro: DIFEL.

Assy, B. (2015). *Ética, Responsabilidade e Juízo em Hannah Arendt*. São Paulo: Perspectiva; Instituto Norberto Bobbio, 2015.

Brasil (2020). *Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020*. Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm>.

Brasil (2020). *Lei nº 13.998 de 2020*. Regulamenta medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19). Recuperado de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113982.htm>.

Colombo, S. (2020) Sob pandemia, El Salvador radicaliza autoritarismo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 abril de 2020. Recuperado de < <https://www.pressreader.com/brazil/folha-de-s-paulo/20200423/281861530649232>>.

Correia, A. (2011) Sobre o trágico na ação: Arendt (e Nietzsche). **O Que Nos Faz Pensar**, Rio de Janeiro, 20(29), 59-74, 2011.

Duarte, A. (2000). *O Pensamento à Sombra da Ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

Habib, A. (2014) Civil Disobedience. In: *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Califórnia.

Kattago, S. (2020). Political Hannah Arendt Sobre o Mundo. In: RAYDEN, Patrick; (org.). *Hannah Arendt: Conceitos Fundamentais*. Tradução de José Maria Gomes de Souza Neto. Petrópolis: Editora Vozes.

La Caze, M. (2020). Promessas e Perdão. In: Rayden, P. (org.). *Hannah Arendt: Conceitos Fundamentais*. Tradução de José Maria Gomes de Souza Neto. Petrópolis: Editora Vozes, 2020.

Linhares, S. D. S. (2011) A origem da noção de autoridade no pensamento político de Hannah Arendt. *Revista da Faculdade Católica de Anápolis* [organizadora Maria Inácia Lopes]. Goiânia: Kelps, 27-43.

Mandetta diz que Bolsonaro ‘exonerou a ciência’ ao demiti-lo. *G1 Política*, [S.L], 27 abril 2020. Recuperado de <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/27/mandetta-diz-que-bolsonaro-exonerou-a-ciencia-ao-demiti-lo.ghtml>>.

Di Pego, A. (2016). Totalitarismo. In: Porcel, B., & Matín, L. *Vocabulário Arendt*. Rosario: Homo Sapiens, 2016.

Schio. S. (2012). *Hannah Arendt: história e liberdade: da ação à reflexão*. (2a ed.) Porto Alegre: Clarinete.

Voice, P. (2020). Labor, Trabalho e Ação. In: Rayden, P. (org.). *Hannah Arendt: Conceitos Fundamentais*. Tradução de José Maria Gomes de Souza Neto. Petrópolis: Editora Vozes.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Rita de Cássia Souza Tabosa Freitas – 33,3%

Antonio Justino de Arruda Neto – 33,3%

Márcia Maria Miguel Limeira Souza – 33,3%